

A EVOLUÇÃO DA HISTÓRIA E DA PRÁTICA DO SERVIÇO SOCIAL

*ÉRIKA DA SILVA MELO**
*ROBERTA CASAGRANDE DE BRITO***
*ILDA CHICALÉATAURI****

RESUMO

O presente trabalho tem por tema, a evolução histórica do Serviço Social. Como objetivo geral, conhecer e analisar a história do Serviço Social da Apae-Bauru, dando ênfase na ação profissional, e os objetivos específicos verificar os projetos desenvolvidos e constatar como se dá a prática do Serviço Social na Apae-Bauru desde sua implantação até a contemporaneidade. O universo pesquisado foi composto pelos assistentes sociais que fazem parte do quadro funcional, bem como dos ex-profissionais da Instituição. Trata-se de um estudo exploratório. Foi utilizada a amostragem não-probabilística intencional, numa abordagem quali-quantitativa, cujo instrumental foi através de questionário com perguntas abertas. Os resultados apontam que, a trajetória da prática profissional contribuiu fundamentalmente no desenvolvimento da área na Instituição, evidenciou também a ampliação do espaço ocupacional do assistente social no decorrer dos anos, demonstrando assim, que o setor de Serviço Social possui hoje uma visibilidade com a equipe interdisciplinar não só internamente, mas junto às demandas que atende. As ações da área são desenvolvidas contemplando projetos sociais, garantindo assim, o acesso à cidadania e aos direitos sociais dos usuários e seus familiares.

Palavra-chave: Assistente Social. Instituição. Exercício profissional.

*Bacharelada em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social de Bauru, mantida pela Instituição Toledo de Ensino.

**Bacharelada em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social de Bauru, mantida pela Instituição Toledo de Ensino.

***Possui graduação em Serviço Social - Instituição Toledo de Ensino (1979), mestrado em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2000) e doutorado em Serviço Social PUC/SP pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente é professora na Faculdade de Serviço de Bauru mantida pela Instituição Toledo de Ensino (ITE).

ABSTRACT

This study has provided the knowledge of the possibilities of actuation of the Social work, as well as its history and professional action, especially in relation to how the new conception movement took place as well as the new acting perspectives and strategies within the career. Our theme had as its general object to become aware of and analyze the history of the Social Work at Apae – Bauru, emphasizing both the professional action and the specific objects adopted by the Institution. We checked the developed and/or created projects, and verified how the Social Work at Apae - Bauru works since its implementation until the present day. The Social Work sector is active; it takes part, develops social projects and acts on rendering effective the rights, citizenship, emancipation as well as the access to information. The nature of the research was a qualitative one, thus we have used the questionnaire. Regarding the questioning of the problem: how did the trajectory of the Social Work at Apae take place? The researched universe comprised of professionals who are part of the acting personnel, as well as ex-professionals of the Institution. Finally, we have concluded that the development of the category within the institution has made the increase of the professional space of the social worker evident and it also demonstrated that the Social work is both active and participant; it develops social projects, thus assuring the citizenship and rights of the users and their families.

KEY WORD: Social worker. Institution. Professional exercise.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo foi resultado de pesquisa com o objetivo de conhecer e analisar a evolução histórica do Serviço Social, desde sua implantação até a atualidade, dando ênfase na ação profissional. Esta escolha decorreu do estágio prático realizado na Instituição durante um ano.

Nas últimas décadas, a prática do assistente social tem passado por várias transformações e avanços, buscando-se afirmar, cada vez mais no seu fazer profissional, negando o assistencialismo e recuperando a assistência, na compreensão de que essa prática deve ser realizada com vistas à construção do direito à cidadania ampla. Através dessa emancipação o Serviço Social busca uma nova maneira de enfrentamento para a realidade da questão social, essa modificação ocorre pensando no usuário e, nesse sentido, contribuindo com uma ação voltada à nova política de democratização, cuja prática profissional deve caracterizar um projeto político que fortaleça a formação de uma consciência do direito e da organização da população como meio de articulação, construção e participação, visando à incorporação dessa luta pelo exercício e ampliação dos seus direitos à cidadania.

O Serviço Social é uma das profissões responsáveis pela mediação entre Estado, burguesia e classe trabalhadora na implantação das políticas destinadas a tratar a chamada “Questão Social”, que surgiu com a implementação do sistema capitalista e hoje ganha novos contornos a partir do complexo quadro formado pelos monopólios e pelo ideário neoliberal.

O profissional do Serviço Social deve ser propositivo e não meramente executivo, precisando estar atualizado para compreender, explicar e saber trabalhar com a questão social mostrando assim sua indispensável presença e sua real representatividade.

A evolução do Serviço Social como profissão no Brasil se institucionalizou a partir dos anos 30, mas foi a partir da década de 60 que o Serviço Social passou a ganhar notoriedade com o advento das relações entre capital e trabalho. Com a ampliação de seu mercado de trabalho, iniciou-se um processo de erosão das bases de sustentação a nível mundial. Esse processo impulsionou um movimento de reconhecimento da profissão, especificamente na América Latina, que implicou “um questionamento global da profissão: de seus fundamentos ídeo-teóricos, de suas

raízes sócio-políticas, da direção social, da prática profissional e de seus *modus operandi*”.
(IAMAMOTO, 2004).

A década de 60 foi um marco importante para o Serviço Social onde o Movimento de Reconceituação influenciou no redirecionamento da ação profissional, abrindo caminho para o assistente social. A Apae – Bauru também nasceu nessa década, no ano de 1965, da união de alguns Pais e Amigos com o desejo de se doarem por amor à causa dos deficientes.

A partir da década de 60, portanto, o Serviço Social incorporou, em seu processo de formação, uma visão crítica acerca da questão social, entendendo-as como decorrentes das políticas econômicas e sociais adotadas no país. Essas políticas não estão dissociadas de um sistema econômico mundial que preconiza o crescimento econômico em detrimento ao desenvolvimento social.

Atualmente a importância desse profissional exerce estímulo ao desenvolvimento das informações para o desempenho e da possibilidade e criatividade, que são aspectos importantes no trabalho do assistente social.

Assim, elaboramos o seguinte questionamento: Como se deu a trajetória do Serviço Social na Apae, desde sua implantação até a contemporaneidade?

Tendo como hipótese de trabalho: O setor de Serviço Social é atuante desde a sua implantação até os dias de hoje. Pois sua visibilidade se dá pela participação e desenvolvimento de projetos sociais, voltados para o acesso à informação, à cidadania, aos direitos sociais e a emancipação de seus usuários.

Assim, o Serviço Social na instituição é voltado, para projetos sociais desenvolvendo ações com interlocução com o Código de Ética do Serviço Social, cumprindo a legislação brasileira, que protege os usuários quanto à luta para se garantir o espaço de igualdade à pessoa com deficiência, pois estar em sociedade representa ter deveres e direitos que devem ser obedecidos e respeitados no planejamento dos projetos públicos.

Para fundamentar teoricamente o trabalho, no primeiro item abordamos a profissão do Serviço Social na contemporaneidade que retrata novos desafios para a intervenção profissional, exigindo uma redefinição nos parâmetros teóricos, metodológicos, éticos e políticos e também o reconhecimento da categoria, no segundo item abordamos um estudo acerca do movimento do Serviço Social nos anos 70, onde o Serviço Social passou a incorporar nos seus quadros segmentos nos setores subalternizados da sociedade, dando seguimento a esse item, vimos

alguns conceitos e a prática profissional sobre Instituições, que atua como um “socorro” para a sociedade que encontra um atendimento diferenciado oferecido pelo Estado.

No terceiro item apontamos a pessoa com deficiência e suas especificações onde foi apresentada a luta do deficiente para garantir espaços de igualdade de acordo com a Legislação Brasileira existente, que protege seus direitos e sua garantia em termos concretos no Brasil, e a seguir, as leis e normas anunciam um direito conquistado pela “pessoa portadora de deficiência” que foi simbolizado como o começo de um momento em que se tomou consciência de que era tempo de partir das idéias, das leis e das normas aos atos.

Para finalizar concluímos o trabalho, retomando-se as indicações centrais dos resultados apresentados e analisados, para responder o problema e o objetivo da pesquisa.

2 A PROFISSÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

A complexidade social na contemporaneidade traz para o Serviço Social novos desafios para a intervenção profissional, exigindo uma redefinição nos parâmetros teóricos, metodológicos, éticos e políticos.

Na atualidade, após o agravamento da “questão social” e da crise do capitalismo no mundo, também do processo reprodutivo, trouxe para a profissão novos desafios e significantes transformações nos processos interventivos do assistente social na sua formação profissional, exigindo mudanças reais. Dessa forma, como qualquer profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, o Serviço Social tem também sua importância e utilidade na sociedade.

Segundo Iamamoto (2004, p. 20), um dos maiores desafios que o assistente social vive no presente é:

... desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não executivo.

Dessa forma o assistente social precisa desenvolver novas habilidades e competências. Durante sua ação, o profissional deve propor alternativas, estimular e contribuir para a organização popular, na formulação de projetos que colaborem para a solução de problemas da população assistida. É de fundamental importância a presença de um profissional de Serviço Social numa Instituição, sendo esta de caráter público ou não.

Essas transformações afetam as instituições e a dinâmica da profissão. Assim, constitui-se um desafio para o Serviço Social o enfrentamento de questões a partir das contradições do presente, da realidade concreta.

Faleiros (1996, p. 11) sinaliza:

As considerações que, hoje, se pode fazer sobre o Serviço Social situam-se dentro dos limites do próprio capitalismo e das mudanças que se vêm impondo nessa fase de desenvolvimento de nova forma de acumulação, assentada no capital financeiro, na globalização, na revolução trabalho/emprego, aos seguros sociais, que inclui a privatização e a terceirização.

Dessa forma, tem-se como pressuposto que o Serviço Social, na totalidade das relações de produção e reprodução da vida social, possui um papel particular de intervenção no âmbito da questão social.

O Serviço Social é um dos responsáveis pela mediação entre Estado, burguesia e classe trabalhadora na implantação das políticas destinadas a tratar a chamada “questão social”, que surgiu com a implantação do sistema capitalista e hoje ganha novos contornos a partir do complexo quadro formado pelos monopólios e pelo ideário neoliberal. Contudo, é papel do Serviço Social articular todo esse contexto e mediar o que está sendo proposto entre capitalismo e sociedade.

Segundo Yamamoto (2004, p.20), para garantir uma sintonia do Serviço Social com os tempos atuais:

... é necessário romper com uma visão endógena, focalista, uma visão “de dentro” do Serviço Social, prisioneira em seus muros internos. Alargar os horizontes, olhar para mais longe, para o movimento das classes sociais e do Estado em suas relações com a sociedade; não para perder ou diluir as particularidades profissionais, mas, ao contrário, para iluminá-las com maior nitidez.

Desta forma é necessário fazer uma relação entre o que temos como visão do Serviço Social e a demagogia do sistema capitalista. Essas são as novas questões a serem enfrentadas pelo Serviço Social.

Esses elementos apontam para a necessidade de fortalecer o projeto-ético político profissional, um comprometimento que a categoria deve ter, junto as questão social. Dentro do que é proposto, o assistente social tem toda habilidade de se inserir no mundo do trabalho e de intervir no mesmo, atuando de forma a viabilizar as necessidades com que a profissão se depara como também atender às necessidades que são solicitadas a ela, como uma forma de retorno de produção.

De acordo com Weissaupt (1988, p.39), ele discorre a respeito entre Instituição e o agir profissional do assistente social:

O assistente social trabalha nas mais diversas organizações institucionais. Em todos os casos, os seus objetivos profissionais se articulam com os objetivos dessas organizações, mas, tanto nas empresas como nas instituições sem fins lucrativos, o assistente

social expressa os objetivos da prática num duplo quadro de referência: o discurso escolar e o discurso da organização institucional onde trabalha.

A afirmação de Weissshaup (1988) é muito clara no que diz respeito ao agir profissional, com o embasamento no projeto ético político, como as exigências do terceiro setor e empresas privadas, que pensam somente no retorno que as ações do profissional podem contribuir. E é através desses enfrentamentos postos ao assistente social que a profissão vem abrindo seu espaço e mostrando sua importância como mão-de-obra importante e necessária, principalmente quando se fala da intervenção nas expressões sociais.

A regulamentação do Serviço Social ocorreu em 1993, trazendo mais autonomia à categoria e, com o Código de Ética, representando a dimensão da Ética Profissional com o caráter normativo e jurídico, delineando assim parâmetros para o exercício profissional, definindo os direitos e deveres dos assistentes, buscando a legitimação e a garantia da qualidade dos serviços sociais prestados, expressando a renovação e o amadurecimento teórico-político assumido pela categoria.

A profissão do Serviço Social participa dessa reprodução da sociedade e é historicamente determinada, sendo a atuação dessa categoria, articulada de maneiras distintas, conforme a conjuntura social, política e econômica.

Segundo Netto (1996, p. 89):

... as profissões não podem ser tomadas apenas como resultados dos processos sociais macroscópicos – devem também ser tratadas cada qual como corpus teóricos e práticos que, condensando projetos sociais (donde as suas inelimináveis dimensões ídeo-políticas), articulam respostas (teológicas) aos mesmos processos sociais.

O autor acima busca enfatizar o que de fato é importante para a profissão e o seu direcionamento. O profissional do Serviço Social deve então ser propositivo e não meramente executivo, precisando estar sempre atualizado para compreender, explicar e saber trabalhar com a questão social, mostrando assim sua indispensável presença e sua real representatividade.

A importância desse profissional exerce estímulo ao desenvolvimento das informações para o bom desempenho e à possibilidade de criatividade, que são aspectos importantes no trabalho do assistente social.

Conforme afirma Luz (1998, p. 121), “trabalhar as relações sociais na prestação de serviços sociais, hora nas propostas que visem a conservação no sistema vigente, hora salientando, através de sua prática, a necessidade de criação

de alternativas de superação da ordem dominante, no que se refere às políticas de área social”.

Trabalhar as seqüelas das expressões sociais requer uma reflexão para analisar as situações sem pré-julgamentos e/o preconceitos e até mesmo influências externas ao contexto que se encontra em questão.

Para a eficácia dos projetos dos serviços prestados pelos profissionais de Serviço Social um fator importante deve ser considerado: a ética profissional.

As condutas éticas e os preceitos definidos no Código de Ética supramencionado representam:

... uma luta contra as desigualdades sociais, as desigualdades sociais, as degradações das condições de vida, as diversas e múltiplas faces da violência em nossa sociedade. É, ainda, lutar contra a negação da dimensão do indivíduo como sujeito não idêntico, como direito à justiça social. É fundamentalmente, lutar contra o que está a manietar o espaço democrático e faz dos seus princípios meros pressupostos formais e jurídicos, determinados pelos limites da ordem social vigente, guiada pela lógica e racionalidade do mercado, senhor de uma pseudo-ética (BRASIL, 2001, p. 168).

A importância da apropriação da ética é de fundamental importância ao Serviço Social a fim de desenvolver possibilidades de atuação coerentes com seus projetos, buscando a explicitação e efetivação dos direitos políticos e sociais do usuário.

Além do Código de Ética que apóia e dá subsídio ao trabalho desenvolvido pelo profissional de Serviço Social, devemos mencionar também a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – Lei nº 8742, de 07 de dezembro de 1993, efetivando a assistência social como política pública e direito social.

Desse modo, vale ressaltar a importância da apropriação da ética não como uma convenção castradora, ou sob o ponto de vista messiânico, mas como um rumo orientador.

Sendo essa apropriação fundamental ao Serviço Social para que se possam desenvolver possibilidades de atuação coerentes com o projeto ídeo-político, fazendo assim, um intercâmbio entre as demandas imediatas postas cotidianamente com sua dimensão coletiva, buscando a explicitação e efetivação dos direitos políticos e sociais dos usuários.

Iamamoto sinaliza: (1999, p. 20):

Um dos desafios que o assistente social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativos e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não executivo.

A autora salienta que o profissional atual deve ter um novo olhar, e comenta também a respeito de novas alternativas que o assistente social necessita encontrar no mundo de trabalho atualmente. É importante traçar estratégias e principalmente estabelecer possibilidades de atuação, evidenciando sua ação profissional e, com isso, mostrando sua necessidade nas diversas áreas de atuação.

Diante dessas transformações societárias o profissional passa a intervir em novas configurações e manifestações da questão social, que se tornam desafios complexos para o profissional.

E ainda Iamamoto (2004, p.21) afirma:

Responder a tais requerimentos exige uma ruptura com a atividade burocrática e rotineira, que reduz o trabalho do assistente social a mero emprego, como se esse se limitasse ao cumprimento burocrático de horário, à realização de um leque de tarefas as mais diversas, ao cumprimento de atividades preestabelecidas. Já o exercício da profissão é mais do que isso, é uma ação de um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais.

A autora aponta que o exercício da função de um assistente social deve ser algo maior que funções administrativas. Um profissional de Serviço Social deve apresentar novas perspectivas. Uma ação profissional que proponha decifrar o movimento societário exige uma visão de homem e de mundo aguçado para que se possa propor algo, dessa forma o assistente social deve estar plenamente antenado a tudo que ocorre ao seu redor.

Neste contexto é importantíssimo estar sempre pautado no Código de Ética, que é onde se tem a indicação de um rumo ético-político, como também é um horizonte para o exercício do mesmo.

É através do Código de Ética que é reafirmado a defesa dos direitos sociais e da participação dos usuários num contexto democrático, com uma definição mais clara dos

RIPE – Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos: Construindo o Serviço Social, Bauru, v.11, n. 19, p. 01-52, jan/jun.2007.
MELO, Érika da Silva; BRITO, Roberta Casagrande de; ATAURI, Ilda Chicalé. A evolução da história e da prática do
serviço social.

direitos e deveres profissionais.

A respeito deste contexto Iamamoto (1999, p. 144) ainda afirma:

Orientar o trabalho profissional nos rumos aludidos requisita um profissional culto e atento às possibilidades descortinadas pelo mundo contemporâneo, capaz de formular, avaliar e recriar propostas ao nível das políticas sociais e da organização das forças da sociedade civil.

Dessa forma, além do assistente social incorporar seu Código de Ética como também o projeto ético-político ele deve ir além, passando a intervir como mediador, auxiliando indivíduos, grupos e comunidades a usarem suas próprias iniciativas para conseguirem harmonia entre necessidades do homem e do meio ambiente, usando suas habilidades próprias.

O assistente social deve estar sempre trabalhando para o fortalecimento da auto-estima, instigando a criatividade, assimilando novas tecnologias mediante o uso da sensibilização, promovendo mudanças e auxiliando na tomada de decisões.

2.1 O Conhecimento e a ação do Serviço Social nos anos 90 e 80

A partir dos anos 90, é possível notar mudanças para o profissional do setor Estatal Campo Tradicionais do assistente social. Mudanças essas compostas pela política-neoliberal, que alteram profundamente as responsabilidades antes inerentes à esfera pública, aliada à desregulamentação do mercado e de cortes de gastos públicos.

O Serviço Social amplia os campos de atuação, passando a atuar no chamado Terceiro Setor, que se define como espaço institucional que abriga um conjunto de ações de caráter privado, associativo e voluntarista, em geral estruturado informalmente, voltado para a geração de bens e serviços públicos de consumo coletivo; se houver lucro, deve ser reinvestidos nos meios para se chegar aos fins definidos (BOUDENS, 2000).

Na década de 90 o Terceiro Setor formado por instituições (associações ou fundações privadas) não governamentais, encabeça e dirige recurso para programas e projetos sociais, especialmente, através de suas fundações e institutos. Em função de seu crescimento, houve a premente necessidade de leis adequadas, tamanha a sua importância e expansão em nossa sociedade.

De acordo com Yasbek (2002, p.20) esse cenário coloca para o Serviço Social,

...muitos desafios para compreender e intervir nas manifestações da questão social, na reestruturação das políticas sociais públicas, no Terceiro Setor, em processo e dinâmica que trazem para a profissão novas técnicas e novos sujeitos sociais.

Na visão de Faleiros (1996) os desafios prático-políticos e teórico-políticos postos à profissão se colocam num movimento constante diante das mudanças políticas, econômicas e organizacionais, que configuram diferentes cenários e atores sociais. Para o autor, o Serviço Social vem assistindo as mudanças sociais que tradicionalmente faziam parte de seu universo de trabalho, passando da condição de usuários dos serviços sociais para sujeito de direitos.

Após a década de 90, o Serviço Social sentiu a necessidade de romper com o tradicionalismo e de construir um projeto ético-político que se posiciona em favor da reflexão ética, da democracia e da liberdade, como pressuposto fundamental para a construção de uma nova ordem societária que se oponha à discriminação e exploração próprias do sistema capitalista (FALEIROS, 1996).

Portanto, sendo expressão de um processo teórico de renovação ligada à vertente marxista e política da categoria e de suas entidades representativas, iniciado nos anos 60, o Código de Ética de 1993, que incita uma emancipação do ser social e estabelece uma dimensão política que transforma a ordem social posta e seus princípios, defende a liberdade como seu valor ético-central, também fruto das transformações ocorridas na sociedade brasileira nos anos 80 e entrada dos anos 90 (IAMAMOTO, 1999).

A profissão passou por mudanças e necessitou de nova regulamentação: a Lei nº. 8662/93. Ainda em 1993 o Conselho Federal de Serviço Social instituiu o novo Código de Ética, expressando o projeto político da profissão, comprometido com a democracia e com o acesso universal aos direitos sociais, civis e políticos.

Conforme pontua Iamamoto (2004, p. 77):

O Código de Ética nos indica um rumo ético-político, um horizonte para o exercício profissional. O desafio é a materialização dos princípios éticos na cotidianidade do trabalho, evitando que se transformem em indicativos abstratos, deslocados do processo social. Afirma como valor ético central, o compromisso com a nossa parceira inseparável, a liberdade. Implica a autonomia, emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais, o que tem repercussões efetivas nas formas de realização do trabalho profissional e nos rumos a ele impressos.

Para atingir tais objetivos é preciso dirigir não apenas a ética, mas também o conhecimento e o saber profissional à construção dessas novas estratégias de poder que possibilitem o enfrentamento concreto das desigualdades sociais, entendendo-se que todas as condutas profissionais têm implicações práticas e podem concorrer para distintos projetos e soluções.

A prática profissional também é orientada pelos princípios e direitos firmados na Constituição de 1988 e na legislação complementar referente às políticas sociais e aos direitos da população. Não podendo haver qualquer tipo de discriminação no atendimento profissional.

A década de 80 foi um marco para a história do nosso país, os movimentos sociais e os grupos desempenharam papel expressivo na redemocratização do país e nas alterações legais para a instituição de um Estado com responsabilidades sociais. Esses mesmos movimentos e grupos são atingidos e fortemente combatidos pelo novo ciclo do capital, que legitima o neoliberalismo e as novas formas de gestão do trabalho, que são, essencialmente, antidemocráticos.

Lopes (1982) citado por Faleiros (2001), afirma que para expressar a dicotomia no Serviço Social havia duas possibilidades: adaptação à ordem ou revolução. Com a revolução era preciso ser coerente e jogar fora o trabalho social, o indivíduo como forma de ajuntamento, e agir o trabalho como movimentos sociais, visto como transformação. Esse movimento em vez de ser dialético, era dicotômico onde separava o indivíduo da sociedade, considerando apenas a estrutura, a produção, o coletivo, a totalidade abstrata.

“A dicotomia também se expressava em termos de Classe: ou se fazia o Serviço Social da burguesia ou fazia o Serviço Social do proletário”.

Essa posição era o antigo Código de Ética profissional e que já foi mudado.

Ander Egg (1982) retoma o conceito de técnica social e Natálio Kisnermann (1982) substitui claramente a noção de tratamento pela de “planejamento transformador”, pois a intervenção se faz nos aspectos sádicos e não nos patológicos e, assim, nessa ótica, continua a dicotomia entre conhecimento e ampliação, e poder profissional e intervenção.

Segundo Faleiros (2001), Marx foi quem trouxe a ruptura dessa intervenção com a introdução do conceito de participação popular, da visão conservadora,

“colocando a questão do método no debate teórico Global, o das ciências sociais, e de forma mais profunda”.

Iamamoto (1982, apud Faleiros 2001, p. 117) afirma que:

...a medida que o exercício do Serviço Social está circunscrito dentro do contexto referente as condições e situações de vida da classe trabalhadora, encontra-se integrado ao processo de criação de condições indispensáveis ao funcionamento da força de trabalho, à extração da mais-valia.

A autora acima não se coloca na lógica de considerar o Serviço Social como instrumento ou ferramenta, mas como uma relação particular na dinâmica global das relações entre estrutura e superestrutura.

A década de 80 foi extremamente fértil na definição dos rumos técnico- acadêmicos e políticos para o Serviço Social, sendo necessária uma mudança curricular. Encontra-se aí a base social da reorientação da profissão.

Para Iamamoto (2004, p. 51), a formação profissional quanto ao trabalho de Serviço Social:

...se solidificaram, tornando possível, hoje, dar um salto qualitativo na análise sobre a profissão. A relação do debate atual com esse longo trajeto é uma relação de continuidade e de ruptura. É uma relação de continuidade, no sentido de manter as conquistas já obtidas, preservando-a; mas é, também, uma relação de ruptura, em função das alterações históricas de monta que se verificam no presente, da necessidade de superação de impasses profissionais vividos e condensados em reclamos da categoria profissional.

Sendo assim solidificaram-se, tanto a formação profissional quanto o trabalho do Serviço Social, dando um salto qualitativo na análise sobre a profissão. O Serviço Social, como trabalho, é pensar que pode ser a porta de entrada para a análise prática profissional.

A década de 80 foi uma das mais importantes da História recente do país. Depois de 15 anos forçados, os movimentos sociais voltaram a se expressar publicamente. A “abertura”, embora realizada nos limites da proposta do governo de modo “lento, gradual e seguro”.

O quadro da situação social resgatou nos acontecimentos políticos que culminaram nas eleições presidenciais de 1989, mostrando também as oscilações entre a esperança e a

descrença, que caracterizam o comportamento dos brasileiros durante aquela década.

Em 1985, a cidade de São Paulo viu surgir, a partir da organização do segmento, o Conselho Municipal da Condição do Idoso, sendo reconhecida pelo poder público, como categoria social, merecedora de atenção e espaço na cidade. Em 1989 foi criado o Grande Conselho Municipal do Idoso, dando continuidade ao processo de participação e lutas, na reivindicação de políticas, para efetivarem os direitos concedidos e garantir ações que propiciem a melhoria da qualidade de vida de todos.

A Constituição Federal de 1988 por meio de sua Política de Assistência Social conferiu ao idoso e à pessoa com deficiência a possibilidade de uma renda de sobrevivência. Tratando-se de um salário para os não-contribuintes, e está previsto na Lei Orgânica da Assistência Social – (LOAS), (Lei nº 8742/93 artigos 20 e 21), como Benefício de Prestação Continuada (BPC). Esse benefício veio substituir a Renda Mensal Vitalícia em 1996 (BEAUVOIR, 1990).

3 O MOVIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NOS ANOS 70

No Brasil, na década de 70, surge um movimento de renovação na profissão, que se expressa em termos, tanto da re-atualização do tradicionalismo profissional, quanto de uma busca de ruptura com o conservadorismo. O Serviço Social passou a incorporar nos seus quadros segmentos dos setores subalternizados da sociedade, estabelecendo interlocução com as Ciências Sociais e se aproximando dos movimentos “de esquerda”.

Na década de 70 podemos encontrar também, conforme afirma Guedes (2003), forte influência do Personalismo no Serviço Social, expressado no Código de Ética do Assistente Social de 1975. Tal teoria tinha como premissa básica a “construção de uma sociedade da pessoa humana” (MOUNIER, apud GUEDES, 2003).

Mounier afirmava que a existência humana estava condicionada à sua ação, ou seja, o homem só existe quando age no mundo. Guedes (2003) relaciona cinco parâmetros fundamentais, pensados por Mounier, que devem subsidiar e fortalecer as atitudes da pessoa humana:

- a) a comunicação – desobstrução dos canais de comunicação entre os homens;
 - b) a conversão íntima – seria uma atitude de rompimento e superação da vida imediata; através da conversão o homem descobre a sua finalidade no universo e decifra as suas vocações, estabelecendo uma relação entre sua vida interior e exterior, dando assim sentido à sua existência pessoal;
 - c) o afrontamento – após converter-se e conhecer-se, torna-se possível ao homem afrontar a realidade posta, romper com as determinações impostas por ela;
 - d) exercício da liberdade – quando rompe e diz não à sociedade, o homem pode exercer a liberdade, que para Mounier é imprescindível à condição de pessoa humana, associada ao exercício da vontade e do querer;
 - e) respeito à dignidade – seria o caminho para se atingir à condição de pessoa.
- Dentro destes pressupostos, caberia promover esta conversão, no sentido de caminhar para a ruptura com as determinações sociais, promovendo a liberdade, o exercício da vontade e das verdadeiras vocações da pessoa humana (MOUNIER, apud GUEDES, 2003).

Nota-se que até a primeira metade da década de 70, o Serviço Social no Brasil foi marcado pela hegemonia de interpretações e análises sob as influências do Serviço Social Europeu e Norte-Americano. Essas idéias marcaram as elaborações no meio acadêmico-profissional, segundo uma perspectiva crítica, quanto à forma de pensar a sociedade e, nessa, a inserção da profissão.

A partir da segunda metade da década de 70, até meados dos anos 80, tal perspectiva, ainda que hegemônica, passa a coexistir com outras que lhes são divergentes, de que é exemplo o marxismo. Entretanto, nesse período a incorporação do marxismo ao Serviço Social se dá com muitas fragilidades, verificando-se uma forte tendência ao ecletismo na produção intelectual da profissão.

3.1 O Movimento de reconceituação do Serviço Social nos anos 60

O Serviço Social a partir desta década passou a ganhar notoriedade com o advento das relações entre capital e trabalho, com ampliação de seu mercado de trabalho, iniciou-se um processo de erosão das bases de sustentação de nível mundial. Esse processo impulsionou um Movimento de Reconceituação da profissão, especificamente na América Latina, que implicou “um questionamento global da profissão: desceu fundamentos ideológicos, de suas raízes sócio-políticas, da direção social da prática profissional e de seu *modus operandi*” (IAMAMOTO, 2004, p. 206).

Na década de 60 surgiram também, no Brasil, os primeiros programas institucionais para atender o idoso: Benefício de Prestação Continuada (BPC). Porém, tiveram maior desenvolvimento nos anos 80, devido ao crescimento real dessa faixa da população, mas, sobretudo, pela construção de uma imagem do idoso e do envelhecer diferente da idéia tradicional. A imagem veiculada, em geral, identificava a pessoa idosa apenas por suas fragilidades físicas, intelectuais decorrentes do avanço da idade e principalmente da falta de produtividade relacionada ao trabalho remunerado, contribuindo para a marginalização do idoso e privando-o de ocupar um espaço na sociedade (BEAUVOIR, 1990).

Desde a década de 60 o Serviço Social incorporou em seu processo de formação uma visão crítica acerca da questão social, entendendo-as como decorrentes das políticas econômicas e sociais adotadas no país. Essas políticas

não estão dissociadas de um sistema econômico mundial que preconiza o crescimento econômico em detrimento ao desenvolvimento social.

Nessa década devemos citar a conceituação de pobreza na visão da sociedade nesse tempo, onde Yamamoto (1999, p. 42) sinaliza que: “a imagem de pobreza passou a ser representada pela figura do malandro, aquele que não trabalha, mas vive espertamente, sendo objeto do desprezo e da indiferença”.

A autora descreve uma realidade ocorrida, na qual essa definição de pobreza é uma expressão da questão social, dessa forma exigiu muita técnica do assistente social lidar com as pessoas que sofrem pela exclusão social e, juntamente, trabalhar a forma de pensamento da sociedade.

A partir daí a profissão passou a se movimentar e questionar a respeito de suas inquietações e insatisfações.

De acordo com Yasbek (2002, p. 17):

... a profissão questionou seus referenciais e, assumindo as inquietações e insatisfação daquela conjuntura histórica, iniciou em toda a América Latina um amplo movimento de renovação em diferentes níveis: teórico, metodológico, técnico/operativo e político. Esse movimento, denominado “movimento de reconceituação”, impôs aos assistentes sociais a necessidade de construir um novo projeto profissional, comprometido com as demandas e interesses da população usuária dos serviços.

A autora salienta um grande marco histórico da profissão de Serviço Social, no qual se realizou um grande movimento, propondo novos rumos para a atuação e ação desse profissional, com uma nova visão dentro da profissão.

Yasbek (2002, p. 17) ainda comenta que:

...no bojo desse movimento e em seus desdobramentos históricos que se definiram e se confrontaram diferentes tendências para a profissão... essas tendências que criaram para a profissão linhas diferenciadas de pensamentos e ações acompanharam o Serviço Social nos anos subsequentes e se conservaram presentes até os anos mais recentes.

A autora mostra a grande repercussão do movimento realizado pela categoria e seus reflexos, como a influência obtida e o redirecionamento da ação profissional, que através

desse poder abriu novos caminhos para o assistente social, como também proporcionou um novo horizonte e expectativas para os atuais e futuros profissionais da área.

E ainda complementam Lilia e Jandira (2004, p. 200).

A forte influencia exercida pelo pensamento reconceituante, ocorrido nos anos 60 e 70, sobre os profissionais do Serviço Social muito contribuiu para a nova concepção de que a prática profissional deveria estar voltada e comprometida com os interesses das classes subalternas.

Dessa forma as autoras contribuem com a observação a respeito do movimento muito pertinente quanto às conquistas e inovações da profissão; e mostram toda a luta realizada contra o governo pelos seus direitos. E não restam dúvidas de que foi um passo para a evolução e direcionamento do Serviço Social.

Mota (1995, p. 16) sinaliza:

Tratar-se de um movimento de natureza teórico/prática, a Reconceitualização defende uma nova postura do Serviço Social da América Latina, apresentando-se como processo que, embora não se excluindo de determinações históricas objetivas, refruta o Serviço Social tradicional em prol de uma nova proposta de prática que atenda prioritariamente ao projeto dos trabalhadores.

Através desse movimento, segundo a autora, o Serviço Social deixou de ser tradicional e conservador, passou a ser contemporâneo e dialético, deixando ações tradicionais e propondo novas ações de transformações e de efetivação dos direitos.

A respeito desta transformação Iamamoto (2001, p. 339) elucida:

...que se observa a exigência de um meio profissional em franca expansão. No decorrer desses anos a profissão sofrerá suas mais acentuadas transformações, “modernizando-se” tanto o agente como o corpo teórico, métodos e técnicas por ele utilizados. Há, também, um significativo alargamento das funções exercidas por assistentes sociais.

A autora demonstra uma ação profissional, na qual a direção toma novos rumos às ações desenvolvidas nos dias atuais, no aspecto teórico/prático e técnico/operativo. Esses resultados atualmente podem ser observados e notados em sua evolução através da ação e do comprometimento de realização do atendimento, da efetivação dos direitos e da emancipação

RIPE – Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos: Construindo o Serviço Social, Bauru, v.11, n. 19, p. 01-52, jan/jun.2007.
MELO, Érika da Silva; BRITO, Roberta Casagrande de; ATAURI, Ilda Chicalé. A evolução da história e da prática do
serviço social.

obtida pelo assistente social.

3.2 Alguns conceitos e a prática profissional sobre Instituições

As instituições são organizações específicas de política social, embora se apresentem como organismos autônomos e estruturados em torno de normas e objetivos manifestos, elas se ocupam de um espaço político nos meandros das relações entre Estado e a sociedade civil. Faz parte de uma rede uma organização social lançada pelas classes dominantes para amearhar o conjunto da sociedade, realizando papéis que deveriam ser realizados pelo Estado.

As Instituições, porém, servem para o Estado como uma válvula de escape, onde o Estado transfere para elas as ações que deveriam realizar. Mesmo quando privadas, as Instituições são reconhecidas pelo poder público, elas se organizam como aparelhos das classes dominantes para desenvolver e consolidar o consenso social necessário à sua hegemonia e direção sobre os processos sociais.

De acordo com Faleiros (1997, p. 29) as Instituições não são somente um simples fenômeno superestrutural:

...são organizações transversais a toda sociedade, aparecem como mecanismos reguladores das crises causadas pelo desenvolvimento capitalista em todos os níveis. Em contraposição, as instituições se mostram aparentemente preocupadas com o bem-estar da população, com uma fisionomia de caráter humanista. Esta condição é algo que privilegia as classes dominantes.

A sociedade encontra nas Instituições um atendimento diferenciado do que é oferecido pelo Estado. A aparente preocupação com o bem-estar é algo utilizado pelas Instituições que têm suas ações voltadas somente para as classes menos favorecidas. Também existem Instituições que a própria sociedade civil organiza para sanar algo que não é oferecido pelo Estado.

As Instituições, como instrumento de políticas sociais, estruturam-se em função de categorias especiais de acordo com os usuários do mesmo, que por sua vez variam segundo seu contexto econômico, social e político.

Algo muito importante para se ressaltar é que as Instituições desenvolvidas em países democráticos se apresentam como canais mais sofisticados para absorver e amortecer conflitos sociais.

De acordo com Weisshaupt (1988, p. 39):

O assistente social trabalha nas mais diversas organizações institucionais. Em todos os casos, os seus objetivos profissionais se articulam com os objetivos dessas organizações, mas, tanto nas empresas como nas instituições, o assistente social expressa os objetivos da prática num duplo quadro de referência: sua formação e o discurso da instituição.

Dessa forma a prática do assistente social nos últimos anos tem passado por uma grande transformação, buscando afirmar-se, recuperando a assistência, na compreensão de que essa prática deve ser realizada levando em conta os direitos do cidadão. É através dessa emancipação que o Serviço Social busca uma nova maneira de enfrentamento para a realidade da questão social, e é pensando no usuário que ocorre toda essa modificação.

Nesse sentido, o Serviço Social deve contribuir com uma ação voltada à nova política de democratização, cuja prática profissional deve caracterizar um projeto político e social que trabalhe a consciência dos direitos do cidadão como um meio de articulação, construção e participação, visando à incorporação da população no processo social de luta pelo exercício e ampliação da sua cidadania.

Na Instituição o Serviço Social tem como preocupação as expressões da questão social, tais como: violência doméstica, alcoolismo, desemprego, substâncias psicoativas, dificuldades financeiras, etc. de forma que a atuação do profissional é voltada para a reflexão do usuário e seus familiares.

A década de 60 foi um marco importante para o Serviço Social onde o Movimento de Reconceituação influenciou no redirecionamento da ação profissional, abrindo caminho para o assistente social. A Apae – Bauru também nasceu nessa década, no ano de 1965, da união de alguns Pais e Amigos com o desejo de se doarem por amor à causa dos deficientes.

O Serviço Social, no caso da Apae, está subordinado à Direção, como os demais setores, e vinculado às outras atividades da Instituição.

Tratando-se de uma Instituição Filantrópica e trabalhando com educação especial o objetivo do Serviço Social é:

- Propor, junto à família e comunidade, no sentido de esclarecer sua missão, visando maior interação entre família – escola – sociedade.
- Conhecer, interpretar e intervir nas necessidades sociais da população de forma clara, crítica e participativa, visando colaborar para as melhorias individuais

e coletivas com foco na família. Mediar as relações sociais dos envolvidos na Apae - Bauru;

- Preservar, efetivar e ampliar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano;
- Apoiar a Apae nas lutas e reivindicações, buscando a qualidade do atendimento;
- Criar condições para realização de eventos como Feira da Bondade, Almoço Fraternal, Festas com data comemorativas: Junina, Páscoa, Natal, Dia das Crianças, Dia dos Jovens.

Na Instituição, o Serviço Social é uma prática de intervenção, atuando no sentido de incluir a população nas políticas sociais, estando voltada prioritariamente para as famílias, buscando estratégias de aproximá-las do ambiente escolar na tentativa de melhorar sua qualidade de vida, com os objetivos de:

- Oferecer condições adequadas à pessoa com deficiência para melhorar o desenvolvimento do seu potencial, proporcionando sua inclusão no meio social;
- Oferecer programas educacionais e terapêuticos adequados, respeitando as necessidades e possibilidades de cada um, visando maior participação e realização pessoal;
- Capacitação constante da equipe multidisciplinar, visando ampliar seus conhecimentos para obter o máximo de aproveitamento no desenvolvimento do usuário;
- Proporcionar apoio e orientação familiar e comunitária, de modo a gerar ambiente adequado ao usuário atendido;
- Promover ações de prevenção às deficiências, através de iniciativa própria ou em parceria com órgãos públicos.

O Serviço Social tem como preocupação as expressões da questão social, tais como, violência doméstica, alcoolismo, desemprego, discriminação social, atendimento às demandas na área da saúde, cumprindo os objetivos previstos pela Instituição. Com isso, tem-se uma prática profissional voltada para projetos, promoções e ações profissionais junto ao Código de Ética do Serviço Social, procurando nestes aportes um novo modo de atuação.

4 PESSOA COM DEFICIÊNCIA E SUAS ESPECIFICAÇÕES

A pessoa com deficiência é toda aquela incapaz de assegurar por si própria, no todo ou em parte, as necessidades de vida individual, social normal como resultado de uma deficiência de nascimento ou adquirida, em suas capacidades física e mental (ONU, 2006).

Segundo a OMS (Organização Mundial de Saúde), as “Pessoas com Deficiência” correspondem a 10% de toda a população do mundo. Essas pessoas possuem necessidades especiais devido às suas dificuldades e limitações, mas necessitam também de ter sua identidade reconhecida e romper com a tradição de uma globalização que as segrega, uma sociedade que as marginaliza e as exclui.

Através do Decreto nº 941/93, em seu artigo 3º, buscou-se um conceito a respeito da pessoa com deficiência:

Devemos considerar portador de deficiência segundo o art. 3º:

... aquela que apresenta, em caráter permanente, perdas ou anormalidades de sua estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que gerem incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.

A legislação brasileira existe para proteger seus direitos e sua garantia em termos concretos no Brasil. A realidade tem mostrado um cenário de todos os paradoxos em que os excluídos estão cada vez mais discriminados.

A sociedade não é apenas um pano de fundo para a vida da pessoa com deficiência, é uma força que imprime determinada forma à própria vida, sendo afetada pelo comportamento das pessoas em aceitar ou rejeitar.

A luta para garantirmos esses espaços de igualdade para os cidadãos significa uma luta política, porque estar em sociedade representa ter deveres e direitos que devem ser obedecidos e respeitados no planejamento dos projetos públicos.

A partir de 1948 quando a Organização das Nações Unidas decretou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, todos os homens passaram a ser considerados iguais. Esses direitos dizem respeito ao igual atendimento das necessidades fundamentais de uma pessoa e surgem como regra do equilíbrio dos direitos das “pessoas portadoras de deficiência”.

O termo “*personas deficientes*” foi adotado mundialmente e definido pela ONU (Organização das Nações Unidas) em sua “Declaração dos Direitos das Pessoas Com Deficiência” de 9 de dezembro de 1975, aprovada em Assembléia Geral.

Com o objetivo de orientar os países membros sobre a política a ser adotada em relação à equiparação de oportunidades das “pessoas portadoras de deficiência”, a Organização das Nações Unidas (ONU) criou em 3 de dezembro de 1982 um “Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência (PAMPD)” para alcançar o tema do “Ano Internacional dedicado às Pessoas com Deficiência” (1981 - AIPD): “Igualdade e Plena Participação”.

Existe um conjunto de leis, fruto das reivindicações das “pessoas portadoras de deficiência”, partindo de sua organização, um processo histórico de conquista do espaço de igualdade, igualdade essa, também preconizada na Carta Magna do país:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, (...) (Constituição da República Federativa do Brasil - Artigo 5º).

A Constituição Brasileira promulgada em 1988 representa um avanço na proteção dos direitos dos cidadãos e das “pessoas portadoras de deficiência” e, conforme Ribeiro (1996), “recebeu a significativa denominação de Constituição - cidadã por expressar um marco, altamente relevante, do processo de redemocratização e por conter conquistas decorrentes da luta social desenvolvida durante e após o auge do período autoritário” (RIBEIRO, 1996, p. 22).

No Brasil, utilizou-se por muito tempo a palavra ‘excepcional’ e, posteriormente, o termo ‘deficiente’ para designar essas pessoas. Atualmente, utiliza-se a nomenclatura “Pessoa Com Deficiência”, que caracteriza que a deficiência está na pessoa, mas não é a pessoa. Por se tratar de uma expressão “*ressaltando o conceito de pessoa*” (ARAÚJO, 1994, p. 21) diminui a desvantagem e o preconceito gerados por uma abordagem que até bem pouco tempo reduzia a pessoa à sua deficiência e que caracterizava esse grupo de indivíduos.

Consta na Constituição Federal que os fundamentos da nação são promover a dignidade da pessoa humana e garantir o exercício da cidadania para que não haja desigualdades sociais e sejam eliminados quaisquer preconceitos ou discriminações (Art. 1º

e Art. 3º). Isso significa conceder a todos, sem distinção, os

direitos sociais à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à segurança e à previdência social (Art. 6º).

Um ano depois, em 24 de outubro de 1989, esses direitos são ratificados pela Lei Nº 7853 transferindo para Estados e Municípios a responsabilidade pela adoção e efetiva execução das normas referentes ao assunto. E, após a promulgação da nova Carta Magna do país, iniciou-se um processo semelhante nos estados e em seguida nos municípios. A nova postura em relação à deficiência está refletida em todas essas etapas, nos 27 estados da Nação.” (BIELER, 1990, p. 24).

Em 1996 o Governo brasileiro elabora o “Programa Nacional de Direitos Humanos” buscando reforçar a Declaração Universal da ONU e garantir os direitos até então conquistados.

O objetivo do Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH, elaborado pelo Ministério da Justiça em conjunto com diversas organizações da sociedade civil é apresentar propostas concretas de caráter administrativo, legislativo e político-cultural que promovam e protejam a plena realização dos direitos humanos no Brasil (BRASIL, 1996).

A realidade brasileira tem mostrado que os direitos das “pessoas portadoras de deficiência” estão muito além de sua concretização. O lado mais factível e real da vida dessas pessoas ainda possui muitos limites à sua realização plena. A pessoa com deficiência vem conquistando e buscando seu espaço na sociedade através do sonho da inclusão. Os sonhos de poderem estar integradas na sociedade pertencem simplesmente ao mundo de seus sonhos. Suas “fantasias” só serão bem toleradas em sua plenitude quando essa realidade objetiva for bem apreciada e bem efetivada sem meios termos.

4.1 Os Direitos das Pessoas Com Deficiência

Leis e normas anunciam um direito conquistado pela “pessoa portadora de deficiência” mas, apesar disso, existe uma distância entre a conquista e a realidade existente. De qualquer maneira, essas leis simbolizaram o começo de um momento em que se tomou consciência de que era tempo de partir das idéias, das leis e das normas aos atos.

Direitos humanos, quando mal reconhecidos por políticos, por administradores, por arquitetos, por planejadores urbanos e pela sociedade, podem

tornar o discurso vazio; entretanto, poderiam mudar a realidade se todos tiverem compreendido seu significado.

Para os portadores de deficiência, segundo Lemos (1997), o esforço em superar limitações, para se revelar como ser produtivo, é grande; e os maiores obstáculos nesse sentido, não residem neles próprios, mas na sociedade que os cerca. Apesar dos esforços feitos a nível governamental, é necessário o reconhecimento da sociedade, para que os portadores de deficiência possam participar plenamente da vida econômica, política, social e cultural do país.

Não obstante, ainda se fez necessário, na década de 90, novas recomendações internacionais como as seguintes declarações e normas:

- Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990). Compromisso de garantir o atendimento às necessidades básicas de aprendizagem a todas as crianças, jovens e adultos;
- Normas Uniformes sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Incapacidades (1993). Conscientização, saúde, educação, trabalho, família;
- Declaração de Salamanca (1994). Todas as escolas deveriam acomodar todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais.

Como país membro da ONU, o Brasil procurava em âmbito legal minimizar a situação das pessoas com deficiência e/ou necessidades especiais.

Num contingente de aproximadamente cento e sessenta milhões de brasileiros, conforme estimativas da ONU, 10% (dez por cento) podem ser considerados deficientes, ou seja, 16 milhões de pessoas assim distribuídas:

- Deficientes Mentais: 5% = 8 (oito) milhões
- Deficientes Físicos: 2% = 3 (três) milhões e 200 (duzentos) mil;
- Deficientes Auditivos: 1,5% = 2 (dois) milhões e 400 (quatrocentos) mil;
- Deficientes Múltiplos: 1,0% = 1 (um) milhão e 600 (seiscentos) mil;
- Deficientes Visuais: 0,5% = 800 (oitocentos) mil).

E o mais grave, mediante os dados dos diversos Órgãos (federais, estaduais ou municipais) criados especificamente para tratar das questões ligadas aos deficientes, o atendimento a esses 16 (dezesesseis) milhões nunca chegou — 10% (dez por cento). Quer dizer que, aproximadamente 14 (quatorze) milhões e 400 (quatrocentos) mil pessoas permanecem à margem da sociedade, escondidas ou totalmente desconsideradas quanto aos seus direitos.

A Assembléia Geral solicita ao Secretário Geral uma mudança no foco do programa da ONU sobre deficiência, passando da conscientização para a ação, com o propósito de se concluir com êxito uma sociedade para todos por volta do ano 2010.

A sociedade para todos representa, hoje, sonho nosso e de todos aqueles que acreditam na justiça social, na cidadania plena dos direitos humanos e, sobretudo, no direito de ser diferente. Assim, resgatando-se, a nosso ver, o princípio maior da Declaração Universal dos Direitos Humanos que é: “TODOS OS HOMENS NASCEM LIVRES E IGUAIS EM DIGNIDADE E DIREITOS”.

5 METODOLOGIA DA PESQUISA

Para atingir os objetivos desta pesquisa, foram utilizadas técnicas de pesquisa qualitativa e a realização deu-se em primeiro momento através da elaboração da hemeroteca, contendo assuntos acerca do tema a ser desenvolvido, e num segundo momento, o fichamento bibliográfico dando subsídio teórico para a elaboração da fundamentação teórica.

O presente estudo teve como objetivo geral, conhecer a trajetória do Serviço Social da Apae-Bauru desde a sua implantação até a contemporaneidade dando ênfase a seus projetos sociais, e como objetivos específicos verificar os projetos instituídos pelo Serviço Social na Instituição.

O método de procedimento utilizado foi o descritivo a fim de garantir a objetividade e a exatidão do estudo. A técnica utilizada para a coleta de dados foi o questionário, contendo perguntas objetivas quanto ao perfil profissional e perguntas abertas relativas à prática profissional, os quais foram entregues e recolhidos pelas pesquisadoras.

O universo da pesquisa foi composto por 05 profissionais da área do Serviço Social que trabalham na Instituição até os dias atuais, sendo que, 03 ocupam o cargo de assistente social e 01 (uma) exerce a função de diretora da Instituição 01(uma) é ex-funcionária.

A amostragem caracterizou-se pelo tipo não-probabilística, de forma intencional. Os sujeitos escolhidos para participarem da pesquisa responderam a um questionário apresentado e entregue em momentos distintos, para não atrapalhar o dia-a-dia na Instituição.

O pré-teste foi realizado com os sujeitos, na própria Instituição, no período de 09/06/2008 a 20/06/2008, com o objetivo de testar o instrumento de coleta de dados. Após a aplicação do pré-teste, não houve necessidade de reformular o instrumental, efetuando-se a pesquisa propriamente dita, no período de agosto a setembro de 2008, com as assistentes sociais enquadradas no quadro funcional da Instituição.

Inicialmente foi aplicada a pesquisa, com as assistentes sociais da Instituição, que se encontravam mais próximas e com disponibilidade de tempo para responder.

No mesmo período, foi entregue aos sujeitos veteranos, os quais responderam e entregaram em seguida.

Após a coleta dos dados empíricos e considerando-se as respostas obtidas, identificamos os eixos de análise e em seguida a tabulação dos dados. Ressalta-se que os eixos para a análise foram: Eixo 1: Evolução histórica do Serviço Social na Apae, Eixo 2: Projetos desenvolvidos pela área do Serviço Social, a história desde a implantação até os dias atuais, Eixo 3: Concepção da prática desenvolvida no âmbito da Apae.

Finalmente, efetuamos a análise dos dados empíricos, correlacionando-os com a fundamentação teórica pesquisada, seguida da conclusão e sugestões.

6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Os dados e informações coletados nos proporcionaram o conhecimento da evolução histórica do Serviço Social na Apae-Bauru desde sua implantação até os tempos atuais.

Para tanto, o universo da pesquisa foi composto por 05 profissionais do Serviço Social que fazem parte do quadro funcional atuante, e um ex-profissional da Instituição.

Os sujeitos questionados possuem idades variadas de 36 a 57 anos, do sexo feminino e todas casadas; formadas em Serviço Social pela Instituição Toledo de Ensino (ITE), sendo que, em anos diferentes, entre 1970 a 2000, no qual, após a formação, todas realizaram curso de especialização na área. O trabalho na Instituição varia de 02 a 13 anos, levando em conta que duas foram admitidas por processo seletivo enquanto uma foi cedida pela Prefeitura Municipal de Bauru – SP.

Foi constatado ainda que todas as profissionais possuem CRESS, não sendo sindicalizadas. Quanto à participação de órgãos da categoria, 04 responderam que não, 02 que sim, e uma é secretária do CRESS/Bauru.

A partir das falas dos sujeitos foi permitido identificar três eixos para análise e tabulação dos dados, tais como:

Eixo 1: Evolução histórica do Serviço Social na Apae;

Eixo 2: Projetos desenvolvidos pela área do Serviço Social, a história desde sua implantação até os dias atuais;

Eixo 3: Concepção da prática desenvolvida no âmbito da APAE-Bauru.

Com relação ao primeiro eixo: Evolução histórica do Serviço Social na Apae, os sujeitos entrevistados consideram que está entrelaçado com os seguintes aspectos:

Na Instituição, o Serviço Social é valorizado e atuante, na busca de um atendimento qualificado, nas áreas de habilitação e reabilitação, buscando constantemente parcerias para o desenvolvimento dos programas existentes na Instituição.

O Serviço Social procura se aprimorar, também, para um atendimento de qualidade, efetivando assim, os direitos da Pessoa com Deficiência, bem como sua emancipação e autonomia.

Nas falas dos sujeitos a seguir, podemos constatar a veracidade de suas respostas:

O Serviço Social na Instituição era muito valorizado, era atuante e pode-se perceber que a cada ano a preocupação da área era fazer valer os direitos da pessoa com deficiência, sendo essa efetivação uma observação em destaque, é o investimento da Instituição na qualidade de atendimento ao usuário, expansão de atendimento como também investimento em corpo técnico. (sujeito 6)

Infelizmente minha experiência frente ao processo histórico da Apae-Bauru junto ao Serviço Social, não é muito ampla. Porém, durante esses 4 anos pude observar transformações significativas quanto às condições de trabalho, sejam em questões físicas (espaço), burocráticas, como também em trabalho em equipe, a busca por essa equipe, conhecimento mais específico e que também abrange demais áreas tendo como foco o desenvolvimento multi e interdisciplinar. O Serviço Social hoje busca maior criticidade e conhecimento nas demais áreas. (sujeito 5)

Crescimento da Instituição e melhoria na qualidade de atendimento na área de habilitação e reabilitação com constante busca de parcerias para desenvolvimento dos programas nas áreas de saúde, educação e assistência social; Fortalecimento da participação dos pais e/ou usuários nos assuntos referentes à Instituição; Participação da rede de serviços assistenciais. (sujeito 4)

O Serviço Social na Instituição é muito valorizado, é atuante e pode-se perceber que a cada ano a preocupação da área é fazer valer os direitos da pessoa com deficiência, sendo essa efetivação uma observação em destaque. (sujeito 2)

Infelizmente minha experiência frente ao processo histórico da Apae-Bauru junto ao Serviço Social, não é muito ampla. Porém durante esses 2 anos pude observar transformações significativas quanto às condições de trabalho, seja em questões físicas (espaço), burocráticas como também trabalho em equipe a busca por esta equipe a conhecimento mais específico e que também abrange demais área tendo como foco o desenvolvimento multi e interdisciplinar, o Serviço Social hoje busca maior criticidade e conhecimento nas demais áreas. (sujeito 1)

A partir do eixo das respostas os sujeitos revelaram a importância do Serviço Social, bem como sua colaboração efetiva, demonstrando envolvimento e empenho em suas atividades, conciliando sua prática junto com os objetivos da Instituição em suas funções.

Para concluir esse eixo, as assistentes sociais vivem um dos grandes desafios no presente que, segundo Yamamoto (2004, p. 20) é:

... desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não executivo.

A respeito do agir profissional a autora ainda pontua dessa forma, fazendo uma relação com a fala dos sujeitos questionados que vai de encontro com o que é proposto e efetuado de maneira que a prática das assistentes sociais da Apae desenvolve suas ações de maneira criativa e propositiva.

No eixo dois a respeito de Projetos desenvolvidos pela área do Serviço Social, a história desde a implantação até os dias atuais, os sujeitos identificam como ações realizadas pelo Serviço Social evidenciando, tais como: entrevistas, visitas domiciliares, reuniões, atendimentos coletivos, encaminhamentos, coordenação de abrigo, processo de medicamentos de alto custo, projetos voltados para humanização, porta de entrada dos usuários, inclusão da Pessoa Com Deficiência, viabilização das necessidades básicas e efetivação dos direitos, dentre outros.

Conforme ilustram as falas dos sujeitos:

Entrevista para matrícula, visitas domiciliares, ações coletivas com pais, informações aos pais, grupo de mães, grupo de voluntários, organizações de eventos, reunião de equipe. (sujeito 6)

Coordenação de abrigo, coordenação de transporte escolar, processo de medicação de alto custo, visita domiciliar, orientação entrevista, reunião, mediação de família/escola e efetivação de direitos. (sujeito 5)

A partir do momento que iniciei minha carreira na Apae, colaborei com transformações significativas, a saber: Implantação de programas; educação profissional, estimulação precoce, centro de reabilitação, grupo de mães, participação de usuários na diretoria executiva e implantação do conselho gestor. Atendimento inicial com os pais e/ou responsáveis; Atendimentos domiciliares;

Coordenação de grupo de mães; Participação de equipe multidisciplinar; Encaminhamentos de recursos à comunidade; Elaboração de projetos de captação de recursos; Intercâmbios com demais Instituições da área; Coordenação de programas; Direção da entidade (sujeito 4).

Fortalecimento das ações em parceria com os pais/usuários, crescimento na participação da rede e serviços sócios assistenciais, buscando parceiros na saúde, educação e assistência social. Atuação dinâmica dentro da Instituição, com projetos voltados para Humanização porta de entrada dos usuários. Documentação, reunião, visita social, dinâmica de grupo e entrevista. (sujeito 3)

Além das atividades como ação individual: entrevista, orientações, encaminhamentos para recursos da comunidade, ação coletiva, foram desenvolvidos Projetos tais como: vivendo e entendo a família, Projeto pescar e auto-defensor. Inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, emancipação familiar e efetivação de direitos, entrevista, reunião encaminhamento, relacionamento, observação, dinâmica de grupo, orientação visita domiciliar, etc. (sujeito 2)

São as várias atividades desenvolvidas pelo Serviço Social: atendimento na ação individual, atendimento na ação coletiva, encaminhamento à comunidade (INSS, SEBES, Poder Jurídico, CRAS, CREAS, CEO, Secretaria da Educação, auxílio à promoção, lanche da bondade, Feira da Bondade, almoço fraterno, coordenação da comunidade externa de prevenção de acidentes – CIPA). Realização de visitas domiciliares, efetivação da carteira de passe deficiente, projeto vivendo e entendendo a família, projeto centro de convivência e acolhimento. Entrevista, encaminhamento, recrutamento, reunião, visitas, orientação. Inclusão da pessoa com deficiência, viabilização das necessidades básicas e efetivação de direitos. (sujeito 1)

Ao descreverem sobre os projetos desenvolvidos, vimos que o agir profissional é voltado para a reflexão do usuário e seus familiares, tendo como preocupação as expressões da questão social junto à Instituição e ao Código de Ética do Serviço Social, tendo o compromisso na sua atuação profissional.

Através desse eixo podemos destacar Iamamoto (2004, p. 94) onde faz uma interpretação distinta do exercício profissional, que possibilita.

... na leitura de seu desempenho, é focar o trabalho profissional como

partícipe de processos de trabalho que se organizam conforme as exigências econômicas e sociopolíticas do processo de acumulação, moldando-se em função das condições e relações sociais específicas em que se realiza, as quais não são idênticas em todos contextos em que se desenvolve o trabalho do assistente social.

O papel do profissional de acordo com a autora é o desempenho ampliando a transparência, focando na realidade em que o usuário vive como também

transformando e articulando os resultados das ações para a efetivação e a emancipação do indivíduo, valendo ressaltar a importância da apropriação da ética profissional fundamental para que o Serviço Social possa desenvolver atuações coerentes na busca da efetivação dos direitos políticos dos usuários.

O terceiro eixo retrata a Concepção da prática desenvolvida no âmbito da Apae. As atuações interdisciplinares caminham juntas, nela cada profissional tem uma contribuição específica a dar na Instituição, a atuação em equipe visa um atendimento aos usuários e familiares com o objetivo de atender às pessoas nas suas mais variadas necessidades.

As falas dos sujeitos ilustram essas visões:

São varias as contribuições dentre elas a emancipação familiar e a efetivação de direitos como todo o desenvolvimento da Instituição junto ao Serviço Social. A atuação profissional foi numa postura dialética, tendo atendimentos individuais, coletivos e administrativos. As demandas foram pobreza, desemprego, substância psicoativas, viabilização das necessidades básicas, inclusão da pessoa com deficiência, evasão escolar e vulnerabilidade social familiar. Inclusão da pessoa com deficiência, emancipação familiar e efetivação de direitos. (sujeito 6)

Serviço Social atua nas áreas de: educação, saúde e assistência social. Atuação no abrigo com 10 residentes com encaminhamento à comunidade, com a reunião, inclusão da pessoa com deficiência, viabilização das necessidades básicas, efetivação de direitos. São diversas nossas demandas tradicionais – pobreza, desemprego, uso de substâncias psicoativas. (sujeito 5)

Melhora na qualidade do atendimento oferecido aos usuários e seus familiares; emancipação da pessoa com deficiência, por meio da colocação e acompanhamento no mercado de trabalho; participação de pais e usuários no processo de avaliação e no processo rescisório. (sujeito 4)

Atuação do Serviço Social junto à equipe multidisciplinar em conjunto, Agendamento de consultas e exames, encaminhamentos aos recursos da rede, parcerias com outros órgãos para intervenção com qualidade exemplo: CIAVI, CRAS, CREAS, DRADS, ETC,

DRS6 E HEB. Carteira

passagem deficiente, encaminhamento para cadastramento de van, medicação de alto custo, aquisição de Isenção de IMPOSTO sobre compra de carro preenchimento do formulário. Acompanhamento ao usuário às consultas, estudo de casos com equipe multidisciplinar, promoções de reuniões com famílias, terapia comunitária e conselho gestor. Junto à dinâmica familiar, observado a qualidade de vida ao usuário. Junto à equipe multidisciplinar e emancipação e efetivação de direitos da pessoa com deficiência. Acompanhamento à família/usuário. (sujeito 3)

A atuação profissional foi numa postura dialética, sendo o sujeito objeto da atuação. São várias as contribuições, dentre elas a emancipação familiar e a efetivação de direitos. Ainda atua como assistente social, sendo as demandas tradicionais: pobreza, desemprego, substância psicoativas, viabilização das necessidades básicas, inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho.

(sujeito 2)

O setor de Serviço Social da Apae é extremamente atuante em sua especificidade como também em trocas de experiências e trabalho multidisciplinar, atua-se na área da educação, saúde e assistência social. São diversas nossas demandas tradicionais – pobreza, desemprego, uso de substâncias psicoativas, viabilização de necessidades básicas. O Serviço Social tem contribuição cotidiana junto à Instituição tendo como contribuição a mediação entre Instituição e família, tendo como foco de atendimento de forma clara e efetivação de direitos. (sujeito 1)

Não só o Serviço Social, mas toda a equipe contribui junto à Instituição promovendo qualidade de vida aos seus usuários, num enfoque interdisciplinar. A prática profissional tem ligação direta com o Código de Ética, demonstrando assim, o comprometimento e as ações realizadas pelos profissionais do Serviço Social da Instituição.

De acordo com Brasil (2001, p. 168) as condutas éticas e os preceitos definidos no Código de ética representam:

... uma luta contra as desigualdades sociais, as desigualdades sociais, as degradações das condições de vida, as diversas e múltiplas faces da violência em nossa sociedade. É, ainda, lutar contra a negação da dimensão do indivíduo como sujeito não idêntico, como direito à justiça social. É fundamentalmente, lutar contra o que está a manietar o espaço democrático e faz dos seus princípios meros pressupostos formais e jurídicos, determinados pelos limites da ordem social vigente, guiada pela lógica e racionalidade do mercado, senhor de uma pseudo-ético.

A luta constante contra a desigualdade social, as diversas e múltiplas faces da violência em nossa sociedade, demonstra que a importância da apropriação da ética e da

prática desenvolvida pelo Serviço Social e a equipe multidisciplinar que caminham juntas para o desenvolvimento de possibilidades da atuação coerente nos projetos, na busca da explicitação e efetivação dos direitos políticos e sociais dos usuários.

Para concluir, o trabalho da equipe multidisciplinar é muito mais que isso, seu valor decorre da qualidade individual de cada profissional e do entrosamento que, progressivamente, cada componente vai criando e crescendo como um conjunto verdadeiramente interessado, não só no atendimento do usuário, mas também no crescimento pessoal, e da Instituição enfim, em todos os sentidos, respeitando o espaço de cada profissional.

7 CONCLUSÃO

O projeto inicial do Serviço Social Brasileiro, na década de 30, tem uma explicação nas mudanças ocorridas no Brasil e no mundo. Como é sabido, o Serviço Social reposicionou o velho paradigma na década de 60, com o movimento de reconceituação, bem como na década de 80, a partir da revisão da relação da profissão com a Sociedade de Classe.

Na contemporaneidade, a profissão possui como questão central a ação e consolidação do projeto político profissional, pois os assistentes sociais possuem uma nova identidade, tendo como maior objetivo a mediação dos direitos sociais.

A evolução do Serviço Social possibilitou novas transformações, não só no mundo do trabalho, mas para novas maneiras de se enfrentar as expressões da questão social. A complexidade social na contemporaneidade traz, para o Serviço Social, novos desafios para a intervenção profissional, exigindo uma redefinição nos parâmetros teóricos, metodológicos, éticos e políticos.

Na atualidade, após o agravamento da “questão social”, da crise do capitalismo no mundo e do processo reprodutivo, a profissão sofreu novos desafios e significantes transformações nos processos interventivos, na sua formação profissional, exigindo mudanças reais. Dessa forma, como qualquer profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, o Serviço Social tem também sua utilidade e deve ser capaz de responder às necessidades sociais.

Assim, o Serviço Social tem-se como pressuposto, nas relações sociais e no acesso às informações e em outros conhecimentos, um papel particular de intervenção no âmbito das necessidades e da questão social. Dessa forma, a profissão participa da reprodução da sociedade, tendo sua atuação articulada de maneiras distintas e, conforme a conjuntura social, política e econômica.

Apontar novas perspectivas é algo de grande esforço, principalmente quando se trata de decifrar um determinado movimento societário que exige uma visão de homem e de mundo aguçada para que se possa propor algo e transformar a realidade existente.

Na década de 90 a categoria passou por novas alterações, na qual se percebeu a necessidade de romper com as ações tradicionalistas, buscando construir um projeto profissional que se posicione em favor da reflexão, da ética, da

democracia e da liberdade, algo que se oponha à discriminação e à exploração das próprias relações e do sistema capitalista.

Constatou-se que, o agir profissional do Serviço Social, apresentam transformações que envolvem as Instituições, proporcionando assim, um conhecimento mais amplo quanto à sua atuação, bem como as estratégias utilizadas e a importância de um assistente social no âmbito de sua atuação.

Considerando que a hipótese é a respeito da evolução histórica do Serviço Social da Apae-Bauru, o desenvolvimento da categoria, juntamente com a Instituição, bem como o desenvolvimento de ações e práticas que constituem sua visibilidade ao acesso à cidadania e efetivação dos direitos sociais, obtendo-se assim, um Serviço Social com uma forte identidade que vem galgando desde sua tenra idade até a atualidade.

Diante dos resultados obtidos, foi comprovada a hipótese, na qual se refere ao desenvolvimento da categoria dentro da Instituição, evidenciando a ampliação do espaço profissional do assistente social e demonstrando que o setor de Serviço Social é atuante, no qual participa e desenvolve projetos sociais e atua na efetivação de direitos, da cidadania, da emancipação e do acesso à informação.

O objetivo principal foi conhecer e analisar a história do Serviço Social da Apae-Bauru até os dias atuais, dando ênfase na ação profissional. No qual foram comprovados, uma vez que ficou evidenciado que para sua sobrevivência na atualidade, as ações e propostas se renovam a cada dia, implementando práticas e políticas internas pautadas no projeto ético-político e no código de ética, fundamentando-se nos direitos humanos, potencializando a minimização das desigualdades sociais, através da busca da emancipação dos usuários e seus familiares.

Houve um grande retorno no que se diz a respeito às respostas dos sujeitos pesquisados quanto ao desenvolvimento de projetos sociais desenvolvidos e à valorização e evolução das práticas dos profissionais da categoria. Todavia, a maior parte dessas ações, parte das propostas e envolvimento dos profissionais de Serviço Social, notando-se uma crescente minimização da desigualdade social e das expressões da questão social.

Evidenciou-se pelas falas dos sujeitos participantes da pesquisa, que a evolução e as práticas desenvolvidas pelo Serviço Social na Instituição tiveram grande representatividade, bem como a intencionalidade da categoria perante a

desigualdade social e a potencialização dos usuários e suas respectivas famílias, na luta da melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência, da motivação e valorização da categoria dentro da Instituição.

O desafio é realizar uma leitura reflexiva para se determinar novas alternativas e ações, como também as transformações produzidas pelo avanço do Serviço Social, ampliando ainda mais o espaço desse profissional que busca a transformação societária, efetivando a cidadania.

Espera-se que as informações e reflexões resultantes dessa pesquisa, transmitam a percepção do que é o agir profissional e do espaço apresentado ao Serviço Social contemporâneo, exigindo assim, um profissional que esteja em constante busca de capacitação e que atue nos âmbitos da saúde, educação e assistência.

8 REFERÊNCIAS

ANDER EGG (1982) História da Educação no Brasil: Período do Regime Militar (1964-1985). Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/>. Acessado dia: 27/ 05/2008.

ARAÚJO, Luiz Alberto David, A Proteção Constitucional das Pessoas Portadoras de Deficiência. Brasília: CORDE, p.21, 1994.

_____, Direito da Pessoa Portadora de Deficiência: uma tarefa a ser completada. Bauru: EDITE, p. 264, 2003.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Ética e Serviço Social – fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2001.

BEAUVOIR, Simone. A velhice. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BIELER, Rosângela Berman. (org). Ética e Legislação: Os Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência no Brasil, Rio de Janeiro: Rotary Club do rio de janeiro, Comissão de Assistência ao excepcional, 1990.

BOUDENS. Emile. Terceiro Setor. Consultoria Legislativa fev/2000. Disponível em: <http://www.2camara.gov.br/publicacoes/estmottec/tema11htm>. Acessado em: 27/05/2008.

BRASIL, M. G. M. A ética na profissão como estética da existência. In Revista Serviço Social e Sociedade, nº 65, São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Os Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência. Brasília, CORDE, 1994.

FALEIROS, Vicente de Paula. Estratégias em Serviço Social. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Saber Profissional e poder institucional. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. Serviço Social: questões presentes para o futuro. Revista Serviço Social & Sociedade, nº 50. São Paulo: Ed. Cortez, n. 50, 1996.

GUEDES, Olegna S. Reflexões sobre projeto societário e formação profissional no serviço social brasileiro (1938/1964). Londrina, 2003: In SILVA, Carla Andréia Alves da. O sentido da reflexão sobre autonomia no Serviço Social. Disponível em: http://www.ssrevista.uel.br/c_v7n2_carla.htm. Acessado em 27/05/2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

LEMOS, Bernardo. A integração da pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho: A experiência do SERPRO/RJ. In. CONGRESSO BRASILEIRO DE

ATIVIDADE MOTORA ADAPTADA, 2. Uberlândia: Anais, 1997.

LUZ, L. A. A Reconstrução do perfil profissional do Assistente Social diante das demandas atuais. Revista Serviço Social & Realidade, Franca, nº 2, p.121, 1998.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In. Revista Serviço Social e Sociedade, nº 50 São Paulo: Cortez, 1996. p. 89.

RIBEIRO, A.C.T. Urbanidade e Vida Metropolitana. Ed. Jorban, Rio de Janeiro. 1996.

WEISSHAUPT, Jean Robert. As funções sócio-institucionais do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1988.